

PARA ALÉM DOS LIMITES DO CENTRO HISTÓRICO – LEVANTAMENTO DE EDIFICAÇÕES DE VALOR PATRIMONIAL NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS

Manuela Ilha Silva¹

Luiz Fernando da Silva Mello²

Resumo: A partir de sua relação com um grupo social, o patrimônio cultural mostra-se como elemento de memória, identidade e posicionamento temporal. Nas cidades, a valorização e a construção da ideia de patrimônio arquitetônico e urbano se dão, com mais destaque, em espaços já legitimados, como os centros históricos. Em Santa Maria/RS, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental delimita o perímetro do centro histórico local englobando o eixo das vias mais antigas da cidade, assim como a mancha ferroviária – edificações e espaços que remetem, especialmente, à fundação da cidade. No entanto, registros históricos e documentais indicam que a cidade, com tradição militar, ferroviária e educativa, exemplares que carecem de valorização e que ainda não integram o imaginário social como patrimônio. O presente trabalho apresenta os primeiros resultados do levantamento bibliográfico e documental para a construção do *corpus* dos passos metodológicos que serão seguidos na coleta, análise de dados e construção de resultados em de dissertação a ser defendida no Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). A partir do levantamento bibliográfico e de registros documentais, foi possível elencar edificações e espaços urbanos mais referenciados na história local e que estão localizados para além do perímetro do centro histórico definido em lei municipal. Este conjunto de exemplares é a base para o desenvolvimento do instrumento de pesquisa, que será aplicado junto aos moradores da cidade e cujos resultados serão o subsídio para a proposição de ações e estratégias de valorização patrimonial previstas como produtos da dissertação.

Palavras-chave: Santa Maria; Patrimônio Cultural Material; Levantamento; Atribuição de Valor.

Introdução

O papel que o patrimônio cultural exerce como guardião de memória e identidade locais justifica-se pelo resguardo de referências e saberes passados, constituintes da “aura” de um determinado lugar. Sua importância ultrapassa a materialidade das edificações e paisagens, alcançando dimensões sociais, históricas e culturais que carecem de preservação. Políticas urbanas de valorização destes espaços levam a regimes urbanísticos particulares para zonas e espaços históricos, com ações diferenciadas em prol da valorização e preservação destes conjuntos. No imaginário coletivo, ratificado por delimitações legais, estes espaços

¹ Bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo (UFSM), acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFSM) e mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). E-mail: misilha@hotmail.com

² Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS), Mestre e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC/UFSM). E-mail: fsilvamello@gmail.com

constroem-se como centros históricos. A cidade de Santa Maria, localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul, conta, desde 2005, com previsão legal de resguardo de parcela do centro da cidade, englobado na denominada Zona 2. Este perímetro resguarda a região onde se instalou o acampamento militar que deu origem ao município, assim como edificações de importância histórica para a comunidade.

Este zoneamento já está delineado, além do perímetro legal, no imaginário coletivo enquanto espaço de preservação cultural. No entanto, Santa Maria possui diferentes referências culturais que mostram que, para além da delimitação legal existente, há outras edificações e lugares com importância. Sua formação e expressão cultural são múltiplas, visto que a cidade ganha destaque em diferentes contextos – cidade militar, cidade universitária, cidade ferroviária, cidade cultura. Para além do espaço delimitado enquanto centro histórico, a cidade mostra importância patrimonial expressa em edificações e lugares que ratificam suas tradições, pluralidades e diferenças.

Deste modo, como pesquisa ainda de caráter exploratório e inicial para o projeto em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC/UFSM), o presente trabalho apresenta os primeiros resultados do levantamento de edificações e lugares localizados fora do centro histórico na sede do município de Santa Maria/RS (1º distrito). A partir da pesquisa e análise da bibliografia e documentação da historiografia local, aos edifícios e lugares mais referidos foram atribuídos valores segundo proposição de Curtis (2003).

Para além da classificação de valores históricos e artísticos, o autor destaca outros pontos de importância: arquitetônico, tradicional e/ou evocativo, ambiental, de uso atual, de acessibilidade com vista à reciclagem, de conservação, de recorrência regional e/ou raridade formal, de risco de desaparecimento, de antiguidade e de compatibilidade com a estrutura urbana. Ao final desta classificação, com um conjunto de obras e lugares com relevância cultural e valor patrimonial identificados, partir-se-á para as próximas fases da pesquisa, que objetiva identificar como e se a comunidade valoriza o patrimônio cultural edificado local localizado fora do perímetro percebido como zona histórica.

Santa Maria – Origem, Formação e Expressões Identitárias

A formação da cidade de Santa Maria inicia no século XVII, a partir da necessidade de povoamento da região e de delimitação de fronteiras no estado do Rio Grande do Sul. Ainda

no início daquele século, as coroas de Portugal e Espanha assinam um convênio denominado “Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas” que objetiva demarcar limites entre áreas de domínio espanhol e as terras brasileiras. A demarcação dos limites foi iniciada em 1784 e, em 1787, a comissão mista (espanhola e portuguesa) chegou à região onde hoje é Santa Maria. Contudo, uma segunda caravana acabou sendo enviada para executar a delimitação dos limites, visto que havia uma série de discordâncias entre os membros portugueses e espanhóis do primeiro grupo.

Após anos de trabalho, a comissão é dissolvida e a parcela espanhola da equipe acaba por permanecer em seus territórios. Os portugueses retornam até o Arroio dos Ferreiros e, nestas proximidades, escolhem um local para acamparem e finalizarem os trabalhos de mapeamento da região. Conforme destaca Belém (2000, p. 31), “o local escolhido, então, foi a colina onde, hoje, assenta-se a cidade de Santa Maria”. Neste lugar, os militares instalaram um quartel para a tropa, espaços para a equipe técnica, ranchos para os oficiais e uma capela.

O traçado urbano à época surge de forma espontânea, sem demarcações, e as primeiras edificações locais são instaladas ao longo da Rua do Acampamento e em frente à Praça da Igreja (atual Praça Saldanha Marinho). O povoamento de Santa Maria acontece a partir deste núcleo, nas proximidades do acampamento da Comissão Demarcadora. No começo do século XIX, a cidade resume-se nas vias e praça já citadas e, então, na Rua da Conceição (atual Rua Venâncio Aires), conforme destaca Beltrão (2013, p. 50). O crescimento desta comunidade é rápido, motivado pela popularidade da religião católica – estancieiros da região vinham para a região, assim como familiares dos militares da caravana demarcadora, famílias paulistas e imigrantes, especialmente açorianos. A Comissão Demarcadora deixa a localidade em 1801, contudo, o crescimento populacional local continua, com a chegada de novos habitantes originários de cidades como Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Taquari e Viamão.

Quando da extinção da Capela do Acampamento, em 1801, foi criado na cidade o Oratório de Santa Maria, para que fossem efetuados batizados e outros sacramentos católicos na localidade. O primeiro registro de atividade do oratório é datado de 1804 e, dado o crescimento da localidade, este oratório foi substituído por uma Capela Curada, criada em 1812 e com atividades iniciadas em 1814. À época, Santa Maria esta ligada a Cachoeira do Sul e, em 1819, com a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira à Vila Nova de São João da Cachoeira, Santa Maria passou a ser o 4º distrito daquela localidade. Em 1837, foi criada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte e, em 1857, a localidade foi elevada a vila. No ano seguinte, em 17 de maio de 1858, é criado o novo

município, com a instalação da Câmara Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte. No ano de 1876, a vila foi elevada e, então, tornou-se Cidade de Santa Maria.

A formação de Santa Maria tem influência importante dos militares em seus primeiros anos, especialmente pela participação no acampamento que deu origem à cidade. Hoje, inclusive, a cidade abriga um dos maiores contingentes militares do país. No entanto, a chegada de imigrantes europeus à região foi fator determinante à organização local. Para Beltrão

Essa influência militar permaneceu até 1831, enquanto Santa Maria foi estacionamento de contingentes militares [...] durante a Revolução Farroupilha, parece ter sido pouco o movimento de tropas na povoação e um novo elemento racial, o alemão e o teuto-brasileiro, começou a sua infiltração, chegando a ter destacada influência até quase o fim do século (XX), quando foi cedendo lugar ao elemento italiano e seus descendentes, oriundos da Colônia Silveira Martins e seus satélites (2013, p.94)

Além da questão étnica local, a posição geográfica favorável de Santa Maria estimulou seu papel como eixo logístico e polo educacional. A cidade passou a ser, a partir de 1898, importante centro ferroviário (Mello, 2002, p. 9), dada sua equidistância em relação aos países vizinhos. O declínio de sua importância estratégica no eixo ferroviário se dá na década de 1950, após influenciar social, cultural e economicamente a cidade. O potencial de Santa Maria como polo estudantil também se justifica por sua localização central no Rio Grande do Sul. Desde o início do século XX, a cidade contava com grupos escolares relevantes na região, como o *Gymnásio Santa Maria* (1904) e o *Colégio Sant'Anna* (1905), além de instituições públicas de ensino, como destaca Isaia (2006, p. 17). Com a criação do Hospital de Caridade de Santa Maria, em 1903, e a organização da classe médica local, foi criada a Faculdade de Farmácia, em 1931. Esta instituição é o alicerce da atual Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), primeira instituição de ensino superior no interior do país, fundada em 1960 e a primeira das hoje sete instituições de ensino superior da cidade.

A formação do núcleo urbano de Santa Maria se dá a partir da região escolhida como sede do acampamento militar português e que, mesmo após o desfecho da Comissão Demarcadora, continuou sendo ponto de atração populacional. O combinar de fatores levou a configuração atual, ratificando seus distintos papéis dentro de searas diferenciadas de sua formação identitária. Para Silva (2009, p. 47), esta formação “denota processos de reconhecimento estabelecidos nas fronteiras simbólicas da diversidade social”.

Assim, a identidade cultural local é organizada a partir de fragmentações – não há unidade, mas sentidos e representações que identificam o lugar e sua comunidade. A

identidade local, como destaca Hall (2005, p. 58), gera uma “comunidade imaginada”, composta de memórias do passado, a vontade de vida em conjunto e a ideia de herança. Nesta formação identitária local, uma negociação acontece, envolvendo os distintos fatores expressos localmente em elementos simbólicos e práticas de significação. Na multiplicidade, Santa Maria expressa seus valores – sua tradição militar e ferroviária, o potencial estudantil e estratégico de sua posição geográfica, a influência dos imigrantes e da população nativa – e ratifica uma identidade local pautada nas diferenças (Hall, 2009, p.106).

Territórios Legitimados e Espaços de Valorização Patrimonial

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Santa Maria (PDDUA) vigora desde o final de 2005 (Lei Complementar 034/2005) e, em sua atual versão, delimita fisicamente o espaço tido como histórico, resguardando-o a partir de regime urbanístico diferenciado. Deste modo, conforme indica a Lei de Uso e Ocupação do Solo, em seu anexo 8, os índices urbanísticos para esta região devem ser revisados, individualmente, pelo Instituto de Planejamento local. A origem do núcleo urbano santa-mariense é englobada na zona supracitada que, na legislação local, é denominada Zona 2. A região do antigo acampamento que originou a cidade de Santa Maria, assim como a mancha ferroviária e algumas das vias mais antigas da cidade (como as Ruas Venâncio Aires e Marechal Floriano Peixoto), estão inseridas nesta zona.

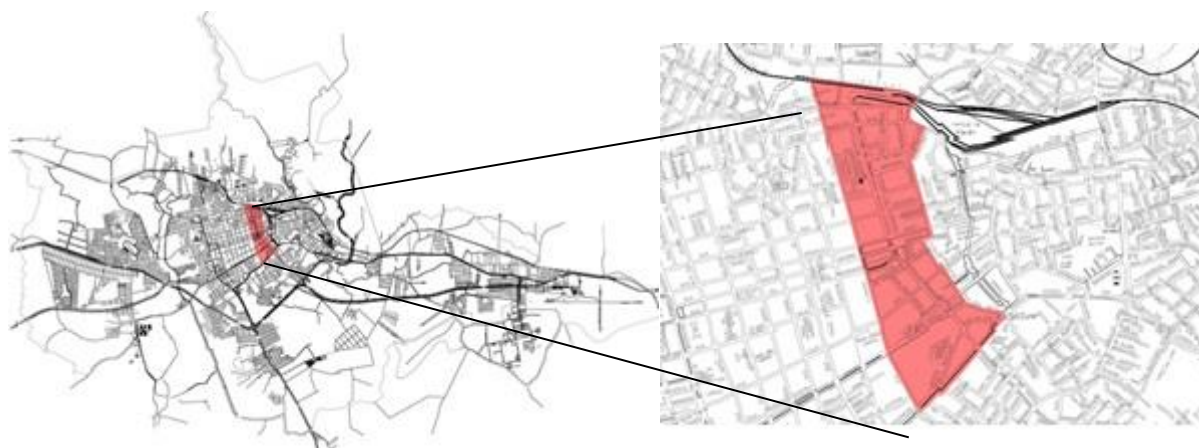


FIGURA 1 – Mapa da sede (1º distrito) de Santa Maria/RS e detalhe da Zona 2. Fonte: PDDUA.

Além desta delimitação espacial, as diretrizes gerais de desenvolvimento urbano e ambiental apontam também para a “preservação, conservação e recuperação do ambiente

natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e paleo-arqueológico" (artigo 2º, inciso X). Estas políticas urbanas também consideram a questão da valorização de espaço e edificações de interesse como diretriz para ações de estruturação e mobilidade urbana, por exemplo. Para tanto, há a previsão legal da execução do "Programa de Valorização da Identidade Urbana", por exemplo, além de sub-ações como "Laboratório de Desenvolvimento de Áreas Patrimoniais" e a "Qualificação de Paisagens Urbanas".

Os incisos do artigo 16º do PDDUA local apontam especificamente as diretrizes da política de proteção do patrimônio e da paisagem urbana. Eles objetivam, em suma, a garantia da qualidade ambiental dos espaços públicos, a fruição das paisagens locais, a preservação do patrimônio histórico-cultural e ambiental da cidade e a formulação de instrumental legal capaz de salvaguardar e gerir os patrimônios histórico-cultural e ambiental locais.

A iniciativa do zoneamento de região com valor patrimonial é inédita para o município de Santa Maria, visto que, nas edições anteriores do Plano Diretor local, não havia qualquer diferenciação para espaços com potencial de valorização e resguarda patrimonial. O espaço englobado pelo perímetro do centro histórico agrega edificações de diferentes estilos arquitetônicos, desde palacetes ecléticos, pequenas edificações *art deco* e edifícios em altura e equipamentos com linhas modernistas. Além destes, a Zona 2 também engloba a mancha ferroviária (Gare da Estação e Vila Belga), tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE/RS), assim como outras edificações ligadas a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

A delimitação do centro histórico pelo PDDUA ratifica o território já legitimado no imaginário local como sinônimo de patrimônio cultural, com destaque ao eixo Avenida Rio Branco – Rua do Acampamento. Há produção bibliográfica recorrente (como por exemplo, as pesquisas de RUFF, 2001; COLUSSO, 2007 e SEFFRIN, 2012) abordando esta região, o que mostra que este espaço é referência à formação do *corpus* de vários trabalhos, corroborando para sua posição de destaque na seara do patrimônio cultural. Além disto, os espaços centrais carregam em si o dinamismo da vida urbana e, para Vargas e Castilho (2009, p. 1), "os centros têm a sua centralidade fortalecida pela somatória de todas essas atividades [terciárias], e o seu significado, por vezes, extrapola os limites da própria cidade". Há um território legitimado enquanto espaço de valorização patrimonial – "um território simbólico ou um espaço de referência para a construção de identidades" (Haesbaert, 2004, p.35).

Contudo, propõe-se aqui pesquisar os espaços além deste perímetro legitimado como centro histórico, buscando observar a importância de espaços e edificações externos a este

espaço e alicerçado, especialmente, pela ideia de identidade cultural fragmentada e múltipla. Para Canclini (1994, p.100), além do território originalmente utilizado e corroborado por monumentos e institucionalizações, as mudanças em processos de formação, produção e transformação levam a novas significações e identificações dos grupos com patrimônios simbólicos e espaços.

Levantamento e Valoração de Edificações/Lugares de Potencial Patrimonial

As construções metodológicas passam, inicialmente, por pesquisa indireta, contemplada pela revisão bibliográfica e pela pesquisa documental. A finalidade da pesquisa bibliográfica é, para Marconi e Lakatos (2010, p.166), “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Deste modo, é possível encontrar soluções para problemas ainda não resolvidos e o suporte para o desenvolvimento da pesquisa. Tais processos, neste trabalho, são fundamentais para alicerçar o levantamento e a seleção de edificações e lugares de importância na sede da cidade de Santa Maria.

Neste sentido, foram *a priori* definidas como obras de referência: *História do Município de Santa Maria 1797 – 1933* de BELÉM (2000); *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho – 1787-1930* de BELTRÃO (2013); *Apontamentos sobre a História da Arquitetura de Santa Maria* de FOLETTO, KESSLER, JACKS, BISOGNIN (2008); e *Santa Maria – Relatos e Impressões de Viagem* de MARCHIORI e NOAL FILHO (2008).

A escolha destas obras explica-se pela importância das contribuições dos dois primeiros autores, Beltrão e Belém, para a história local – ambos lançaram suas obras na década de 1930, resgatando memórias santa-marienses até então não registradas. Já Marchiori e Noal Filho (2008) reúnem os registros de passagens de viajantes por Santa Maria, desde a organização do acampamento militar, agregando olhares externos ao contexto local. Ao fim, Foletto *et alli* (2008), com olhar mais presente, lista exemplares com importância à arquitetura local, incluindo edificações locais contemporâneas. Cabe destacar que as obras de Belém, Beltrão e Marchiori e Noal Filho objetivaram o registro dos fatos históricos e de da evolução urbana não tendo como regra geral juízo de valores. Já no trabalho de Foletto *et alli*, as autoras propõem uma filtragem segundo valores arquitetônicos. Diante deste quadro bibliográfico, será necessário, em etapa seguinte, identificar nas obras de Belém, Beltrão e

Marchiori e Noal Filho aquelas citações acompanhadas de adjetivações qualificadoras conforme Curtis (2003). Portanto, o levantamento a seguir apresentado é apenas quantitativo, ficando a análise de caráter qualitativo para a próxima etapa. Segundo Bauer e Aarts (2005, p.41), este levantamento quantitativo inicial pode garantir a “a eficiência na pesquisa ao fornecer uma base lógica para o estudo de apenas partes de uma população sem que se percam informações”.

Deste modo, este levantamento quantitativo em cada obra levou a um volume total de 442 edificações e lugares/espacos com citação única na historiografia local (a pesquisa considerou palavras-chave em situações de citações de um mesmo espaço/lugar feita de formas distintas nas obras). Dividiu-se o total em dois grupos distintos – pertencentes/não pertencentes à Zona 2. O presente trabalho se detém nos espaços alheios ao perímetro histórico, o que leva a um total de 96 edificações/lugares que devem ser considerados na organização do *corpus*.

Nas duas obras referenciais da história de Santa Maria, Beltrão (2013) e Belém (2000), o volume de citações chega, respectivamente, a 324 e 51 de edificações e lugares. Já em Marchiori e Noal Filho (2008), o total de citações é de 123, enquanto em Foletto (2008), o volume é de 105 espaços e edificações. É importante destacar que, no levantamento bibliográfico, foram considerados vias, edificações residenciais, equipamentos e espaços urbanos. Este volume total considera, inclusive, espaços hoje inexistentes (como, por exemplo, a Montanha Russa, antigo balneário local), descontados da contagem no próximo passo, quando há a separação entre pertencentes e não pertencentes à Zona 2.

Para fechar a listagem de espaços e edificações de valor patrimonial que integrarão o questionário, adotou-se a proposta de Curtis (2003) para a valoração e ranqueamento das mesmas. O autor elenca onze valores que, somados, destacam aquelas edificações e lugares que têm relevância patrimonial. Esta somatória será eliminatória à formatação do *corpus* de análise do trabalho. Para Curtis (2003, p.334-335), os parâmetros avaliativos são

- (1) VALOR ARQUITETÔNICO – Valor atribuído às edificações que oferecem particular interesse pelas qualidades que apresentam suas frontarias, elas que predominam na composição da paisagem.
- (2) VALOR TRADICIONAL E/OU EVOCATIVO – Aquela qualidade que confere à edificação interesse de permanência na memória coletiva.
- (3) VALOR AMBIENTAL – Considera-se com este valor a edificação cuja “ausência” subtraia atenção para com a paisagem onde estiver inserida, ou cujo entorno particularmente a valorize.

- (4) VALOR DE USO ATUAL – é incluída nessa referência a edificação que, corretamente utilizada, dispense reciclagem.
- (5) VALOR DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM – Define-se assim tanto a facilidade de conexão da edificação com o sistema viário principal quando sua capacidade de integração com os equipamentos de lazer e cultura da cidade. Também se inclui neste valor o prédio que ofereça espaço capaz de acolher e proporcionar funcionamento eficiente de órgãos da administração pública.
- (6) VALOR DE CONSERVAÇÃO – Está nessa situação a edificação que dispensar qualquer tipo de obra ou reparo de caráter urgente.
- (7) VALOR DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL – Inclui-se nessa categoria a edificação produzida por manifestação de cultura regional ou qualificada por formas plásticas de interesse visual, porém de ocorrência rara.
- (8) VALOR DE RARIDADE FUNCIONAL – Atribui-se à edificação cuja função arquitetônica venha se tornado inusitada ou sofrendo transformação em nível de tornar seu programa original compatível com as necessidades da vida atual.
- (9) VALOR DE RISCO DE DESAPARECIMENTO – Considera-se nessa situação a edificação localizada em zona onde se permita substituí-la por área construída apreciavelmente maior que a sua. Também se encontra em risco a edificação depredada ou carente de conservação.
- (10) VALOR DE ANTIGUIDADE – Entende-se com este valor as edificações construídas até o entorno temporal da Revolução de 1930 [...].
- (11) VALOR DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA – Adquire mais um crédito para a prioridade de proteção o prédio cuja localização não colidir com as diretrizes da Estrutura Urbana. Assim, será mais valorizada, com vistas à preservação, a edificação que não impedir passagem ou alargamento de vias, instalação de equipamento urbano complementar, etc.

Para realizar a seleção dos espaços e edificações de importância, é necessário salientar que adequações são necessárias nesta metodologia para que se torne adequada ao presente trabalho, cabendo à sensibilidade dos pesquisadores sua adaptação para espaços como vias e praças. Além disso, por analogia com citações feitas nas obras revisadas, alguns exemplares foram acrescentados – os autores, por exemplo, citam o Riograndense Futebol Clube, contudo, a cidade possui/possuía dois outros clubes de tradição, o Internacional de Santa Maria e o Guarani Atlântico Futebol Clube. A tabela abaixo apresenta a seleção de exemplares (foram desconsiderados aqueles exemplares com soma inferior a 5 pontos) que integram a lista definitiva que servirá como base ao desenvolvimento às próximas etapas da pesquisa.

ESPAÇOS/LUGARES CITADOS	VALORES DE PRESERVAÇÃO (CURTIS, 2003)											TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
Quartéis do Exército (conjunto)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	10
Bairro Alto da Eira (Bairro Dores)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Bairro Itararé	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Bairro Vila Rica (Bairro Rosário)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Clube Treze de Maio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Colégio Centenário	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Colégio Sant'Anna	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Colégio Santa Maria	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Escola Olavo Bilac	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Parque Itaimbé (Rua Silveira Martins)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Residência Dâtero Maciel	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Universidade Federal de Santa Maria	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9
Biblioteca Municipal	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Clube Atrador Esportivo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Colégio Coração de Maria	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Colônia (Bairro Camobi)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Escola Nossa Senhora de Fátima	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Guarani Atlântico Futebol Clube	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Internacional Sport Clube	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Praça Saturnino de Brito	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Praça Ten. João Pedro Mena Barreto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Residencial Argemiro Souto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Riograndense Futebol Clube	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Viaduto Garganta do Diabo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8
Avenida Borges de Medeiros	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Avenida Medianeira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Avenida Presidente Vargas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Brigada Militar	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Casa de Saúde	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Cemitério Municipal	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Centro Universitário Franciscano (campus 2)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Clube de Atradores Santamariense	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Colégio Fontoura Ilha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Escola Antonio Alves Ramos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Escola Cilon Rosa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Grupo Escolar Cícero Barreto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Igreja do Bom Fim	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Igreja Matriz de Santa Catarina	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Igreja Matriz de Santo Antônio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Igreja Nossa Senhora das Dores	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Igreja Nossa Senhora de Fátima	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Oficinas da VFRGS (Km 2 e Km 3)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Augusto Cunha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Carlos Neujahr	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Carlos Neurof	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Gaida	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Geraldino Marques	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Henrique Stolz	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Kruei	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Manuel Alberto da Silva	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Pedro Linck	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Residência Sonnenstrahl	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Santuário Basílica da Medianeira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7
Avenida Tênis Clube	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Clube de Caçadores/SOCEPE	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Clube Recreativo Dores	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Edifício APUSM	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Edifício CESMA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Hospital Militar	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Residência Weissamer	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua 7 de Setembro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Antero Corrêa de Barros	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Appel	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Barão do Triunfo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Benjamin Constant	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Bento Gonçalves	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Cel. Niederauer	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Conde de Porto Alegre	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua dos Andradas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Duque de Caxias	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Francisco Mariano da Rocha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Gaspar Martins	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Major Duarte	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Marechal Deodoro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Pinto Bandeira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Serafim Valandro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Silva Jardim	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Tuluati	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Visconde de Ferreira Pinto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Rua Visconde de Pelotas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Sotéia	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	6
Bairro Passo da Areia	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	5
Rua Dr. Pantaleão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	5

TABELA 1 – Ranqueamento final dos lugares e edificações externos à Zona 2. Fonte: Os autores.

Considerações Finais

O espaço institucionalizado como centro histórico local ratifica memórias da formação e desenvolvimento da cidade de Santa Maria, agregando para si o papel de guardião de memórias e identidades locais, com importância justificada pela salvaguarda da região de origem do núcleo urbano santa-mariense. No entanto, há lugares e edificações de importância patrimonial localizados fora deste perímetro que devem também ser valorizados enquanto patrimônio – o objetivo final deste trabalho, a ser apresentado no PPGPPC/UFSM, é observar as formas de atribuição de valor a estes exemplares.

O recorte espacial da pesquisa é a sede do município de Santa Maria, contudo, dada a dimensão deste espaço, mostrou-se necessária a proposição de uma construção metodológica capaz de elencar exemplares representativos ao trabalho. Deste modo, a partir de revisão bibliográfica inicial e análise a partir dos valores de preservação de Curtis (2003), foi possível elencar exemplares referenciais para o desenvolvimento dos próximos passos metodológicos. A partir deste suporte, será organizado um questionário para a comunidade e uma entrevista estruturada para formadores de opinião e fontes técnicas, assim como servirá de base ao desenvolvimento do produto final, exigência deste Programa.

Os resultados aqui apresentados são parciais e apresentam a metodologia adotada para a organização de elementos representativos – como experiência e possibilidade de referência a outros trabalhos, as construções metodológicas aqui propostas e explanadas respondem positivamente à necessidade organização do *corpus* de pesquisa. A classificação de Curtis (2003) mostra-se adequada ao desafio enfrentado, visto que amplia a atribuição de valores dada às edificações, mostrando graus de prioridade para a salvaguarda de um bem cultural material. Com adequações necessárias e resultantes da sensibilidade do pesquisador, visto que o trabalho também engloba espaços urbanos, é possível organizar critérios amplos para esta classificação. Além da discussão de valores artísticos e históricos, Curtis (2003) flexibiliza a atribuição de valores, postura que coaduna com uma lógica múltipla e fragmentária da sociedade contemporânea – ao ampliar estes parâmetros, supera-se a lógica de cultura nacional/regional como elemento unitário, mostrando as pluralidades existentes e o potencial deste território como campo de lutas. Valoriza-se a diferença e permite-se uma significação global, onde a representação atribui sentidos e valores destes espaços.

Referências Bibliográficas

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – Um Manual Prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797 – 1933**. Santa Maria: UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho – 1787-1930 – 3ª Edição**. Santa Maria/RS: UFSM, 2013.

CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília/DF: IPHAN/MINC, n. 23, 1994.

COLUSSO, Izabele. **Apossamento dos Espaços Públicos Abertos na Área Central de Santa Maria/RS**. 2007. 196p. Dissertação, (Mestrado em Planejamento Urbano e Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros. **Vivências com a Arquitetura Tradicional do Brasil - Registros de uma Experiência Técnica e Didática**. Porto Alegre/RS: Uniritter, 2003.

FOLETTI, Vani Terezinha; KESSLER, Janea; JACKS, Nilda Aparecida; BISOGNIN, Edir Lúcia. **Apontamentos sobre a História da Arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria/RS: Pallotti, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2005.

_____, Stuart. **Quem Precisa da Identidade?** *In: SILVA, T. T. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença – A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

ISAIA, Luiz Gonzaga. **UFSM Memórias**. Santa Maria/RS: Palotti, 2006.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio. **Santa Maria – Relatos e Impressões de Viagem**. Santa Maria/RS: UFSM, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. **O Espaço do Imaginário e o Imaginário do Espaço: a Ferrovia em Santa Maria, RS**. 2002. 160p. Dissertação, (Mestrado em Planejamento Urbano e Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RUFF, Jonas Paulo. **Requalificação da Área Urbana da Avenida Rio Branco: Área de Influência da Ferrovia no Centro de Santa Maria**. 2001. s/p. Trabalho Final de Graduação, (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

SEFFRIN, Carlos Fernando Guimarães. **Identificação de Residência Ecléticas do Centro Histórico de Santa Maria/RS: Apontamentos para um Inventário Arquitetônico**. 2012.

168p. Dissertação, (Mestrado em Patrimônio Cultural), Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. **Sociedade da Diferença: Formações Identitárias, Esfera Pública e Democracia na Sociedade Global**. Rio de Janeiro/RJ: FAPERJ, 2009.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados. In: _____. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados – 2ª Edição**. Barueri/SP: Manole, 2009.

SANTA MARIA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Cidade de Santa Maria (Lei Complementar 034/2005)**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2005.